

XIV

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO TEÓRICO-PRÁTICO EM SERVIÇO SOCIAL*

*Julia A. S. de Paula
Paula dos Santos Kropf*

Introdução

O objetivo deste capítulo é realizar uma reflexão a respeito da necessidade de qualificação do ensino teórico-prático na formação em Serviço Social. Partimos de uma breve análise histórica para demonstrar o avanço significativo da categoria profissional, com reflexões e documentos que expressam a mudança no processo formativo, mas também apontamos desafios a serem enfrentados para implementação do currículo e propostas que visam contribuir com o movimento de construção coletiva de novas práticas de ensino.

Iniciamos o debate do ensino teórico-prático em Serviço Social com três indicações que nos parecem consensos: 1) A primeira é de que a profissão é eminentemente interventiva e se realiza em diferentes frentes, seja na gestão ou implementação de políticas sociais, tendo em vista contribuir para o acesso aos direitos; 2) A segunda parte da compreensão de que o/a assistente social, diante dos avanços históricos, políticos e intelectuais da categoria, possuem condições de realizar uma ação crítica e competente ancorada nas dimensões constitutivas da profissão: Teórico-metodológica, Ético-política e Técnico-operativa; 3) Como terceira, a mais complexa, de que ainda precisamos avançar no debate da formação para qualificação do ensino teórico-prático em Serviço Social, pois é recorrente os discursos e ações conservadoras nas experiências do campo de estágio.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-79-6-0-f.357-382

Como docentes nas disciplinas de Oficina Teórico-prática do Serviço Social (I e II) e Supervisão Acadêmica de Estágio (I, II e III)¹, a partir do debate em sala e com assistentes sociais, assim como do conjunto do material produzido pelos/as estudantes, é possível observar e destacar elementos constitutivos dos processos de trabalho do/a assistente social, a respeito de instrumentos, técnicas, referenciais teórico-metodológicos e éticos, importantes para o Serviço Social e reflexões dos valores e princípios, das atribuições e competências profissionais, necessárias à formação. As análises e vivências nos instigam a pensar indicativos orientadores para o desenvolvimento das disciplinas teórico-práticas, mas também a importância do diálogo com os/as assistentes sociais - docentes do curso de Serviço Social e supervisores/as de campo.

Tratam-se, portanto, de aproximações indicativas dos conteúdos e ações que contribuem para avançar na construção de estratégias para o fortalecimento do Projeto Ético-político do Serviço Social, consolidando a ruptura com o conservadorismo e tecnicismo, ressignificando o conhecimento técnico-operativo e o lugar que deve ocupar na formação de profissionais interventivos/as. Entendemos que esse é um movimento necessário, uma vez que no chão da realidade no cotidiano de assistentes sociais, é que a imagem social se constrói, sendo as respostas às demandas e os impactos dessa intervenção para a vida da população usuária dos serviços, a organização coletiva política e intelectual nos espaços de formação e da categoria, a forma de demonstrar concretamente a consolidação de seu avanço histórico.

¹ O Projeto Político Pedagógico da Escola de Serviço Social da UFF - Niterói (2010) atualmente em vigência compreende as respectivas disciplinas como parte de sua estrutura curricular, com maior ênfase no debate acerca das questões relacionadas à dimensão técnico-operativa e o trabalho profissional.

Considerações sobre o processo histórico do ensino teórico-prático em Serviço Social

Partimos do reconhecimento inexorável do caráter interventivo da profissão do Serviço Social. Isso significa afirmar que a ação profissional, ao se realizar, está localizada em um tempo histórico, e interfere na realidade social, alterando-a. Para abordar esta questão e a sua incidência na formação profissional, se faz necessária a observação de alguns elementos.

O primeiro deles diz respeito ao fato de que, uma tentativa de leitura da realidade que vislumbre uma perspectiva de totalidade, pressupõe considerá-la em movimento, como um produto histórico. Assim, o Serviço Social enquanto profissão emerge em um determinado contexto sócio-histórico, em um momento do capitalismo onde o Estado precisava se refuncionalizar para assegurar a manutenção e reprodução da vigente lógica social (NETTO, 2001). Tais agentes técnicos estatais são chamados/as para o desenvolvimento de uma atuação funcional à ordem que promovesse a readequação e o ajustamento, tomando as demandas - expressões da questão social - sob uma ótica de responsabilização individual.

É com o Movimento de Reconceituação que a profissão opera uma “virada”, estimulada pelo fortalecimento das lutas sociais na década de 1960, repensando as bases tradicionais de constituição da profissão, incorporando novas influências e abandonando a herança conservadora que demarca o seu início. Se tratou de questionar

[...] o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da 'questão social', sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiram na cena político-social. (NETTO, 2005, p. 9).

A partir deste marco, nos idos da década de 1970, o Serviço Social, dentre as distintas correntes de elaboração em torno das demandas e respostas colocadas pelo contexto sócio-histórico, ao adotar um posicionamento crítico, atravessa um momento de renovação de suas práticas e do seu arcabouço teórico e técnico, assumindo uma interpretação crítica da realidade, desenvolvida a partir do contato com o marxismo. Deste ponto em diante as demandas colocadas para o Serviço Social são vistas a partir de uma perspectiva histórica, considerando-as como fruto do processo social.

Esta guinada vai florescer expressivamente ao longo da década de 1980, em que se observaria o fortalecimento da recusa ao tradicionalismo e a busca pelo significado social da profissão, para alcançar a sua maturidade no início dos anos 1990, consolidando a sua dimensão política e valores centrais. Tal amadurecimento se sintetiza em um projeto ético-político profissional que, segundo Netto (2006), contempla a autoimagem de uma profissão, ao definir seus valores, objetivos, funções, orientando premissas para o respectivo exercício, bem como para a relação com a sociedade, de forma geral. Os marcos normativos que evidenciam tal estatuto de maturação atingido pela profissão são a Lei de Regulamentação Profissional nº 8662/93, o Código de Ética Profissional de 93 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996. Esses documentos expressam com nitidez o compromisso ético-político profissional na defesa pela redução das desigualdades, na construção de uma sociedade mais justa, emancipada e que reconheça a necessidade de supressão da lógica capitalista.

Todas as transformações que colocaram os rumos profissionais em novas bases impactaram com profundidade tanto a prática quanto a formação. Tal afirmação aponta o esforço contínuo em reformular e atualizar os conteúdos curriculares, de modo a possibilitar a construção de um percurso formativo que qualifique os/as profissionais para responder criticamente à crescente complexidade do real. Observar como as Diretrizes Curriculares propõem a organização e o desenvolvimento dos componentes curriculares fornece pistas para o entendimento dos aspec-

tos centrais do presente artigo. Os princípios que orientam a fundamentação da formação profissional se sustentam a partir da indissociabilidade entre a dimensão investigativa e a intervenção, tomando a relação entre teoria e realidade ancorada em um "[...] rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desejos com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social." (ABEPSS, 1996, p. 6).

A organização da lógica curricular se sustenta sob um conjunto de conhecimentos sustentados nos seguintes núcleos de fundamentação: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A elaboração e execução de respostas profissionais nos espaços sócio-ocupacionais, se fazem a partir da percepção acerca das dimensões constitutivas da prática profissional, norteadas pelo pressuposto da indissociabilidade, onde a técnico-operativa deve abarcar as demais - a teórico-metodológica e a ético-política. O caráter eminentemente interventivo da profissão requer uma atuação sustentada por uma capacidade de análise da realidade, através do acúmulo dos conhecimentos advindos do contato com os conteúdos ao longo do processo formativo, com base na organização pelos núcleos de fundamentação (ABEPSS, 1996).

A indissociabilidade é um elemento de extrema relevância relacionada aos aspectos fundantes da profissão, considerada a premissa de articulação entre os diferentes prismas constitutivos em sua integralidade. Também tal qualidade se faz imprescindível quando referida às dimensões do exercício profissional. Estas, segundo Santos (2013), são diferentes e estabelecem uma relação de unidade na diversidade. Enquanto propriedades fundamentais da profissão, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa constituem a base para a sua efetivação.

Destas três, é a dimensão técnico-operativa a que "[...] expressa as demais dimensões [...]" (SANTOS, 2013, p. 25), ou seja, é "[...] a

forma de aparecer da profissão [...] (GUERRA, 2017, p. 50). Ela, em sua indissociabilidade com as demais, manifesta todo o referencial teórico-metodológico que sustenta, juntamente com os princípios éticos e horizonte político, nas ações operacionalizadas no cotidiano profissional. Entretanto, embora interligadas, as dimensões preservam as suas especificidades, se complementando e potencializando a relação intrínseca entre si. Sendo assim,

[...] a dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Possibilita a análise do real. A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações - ou a não avaliação dessas consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem. Já a dimensão técnico-operativa, é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real (SANTOS, 2013, p. 26).

A dimensão técnico-operativa é composta, em parte, pelos instrumentos e técnicas, que instrumentalizam a ação, na busca pela realização dos objetivos profissionais. Sobre eles, importa assinalar dois pontos. O primeiro é que não são restritos à profissão, sendo, inclusive, o Serviço Social que estabelece a relação de buscar em outros campos das ciências sociais, "[...] os instrumentos e técnicas bem como as referências teóricas que subsidiem sua utilização." (RAMOS, 2018, p. 35). Além disso, o instrumental técnico-operativo é o mesmo utilizado desde a gênese da profissão, e o que se modifica, imprimindo um direcionamento articulado ao projeto ético-político vigente, são as perspectivas teóricas e os princípios ético-políticos requisitados para o seu uso (Idem).

Neste sentido, fica evidente a necessidade de um conhecimento amplo, sólido e aprofundado continuamente sobre a realidade em sua totalidade, e também, sobre os vastos elementos que estabelecem a

profissão. É a postura investigativa, como parte componente do exercício de assistentes sociais, que vai possibilitar o reconhecimento em sua complexidade das demandas profissionais como expressões da questão social, potencializando a qualificação das respostas interventivas. É através da pesquisa que conhecemos a população usuária, as políticas sociais, o panorama institucional e os espaços sócio-ocupacionais, as formas de organização coletiva, as correlações de forças existentes, os desafios colocados pela dinâmica capitalista em seus aspectos estruturais e nas configurações conjunturais, em suas contradições presentes. A investigação da realidade é parte que constitui o Serviço Social e, enquanto tal, ocupa também centralidade no processo de formação profissional.

Diretrizes curriculares e o ensino teórico-prático

As Diretrizes Curriculares, orientadas pela relevância de um processo de qualificação do ensino em Serviço Social, preconizam como premissa norteadora, a particularidade da profissão em seu caráter interventivo no espaço das expressões da questão social. Assim, institui "[...] uma base comum [...]" (ABEPSS, 1996, p. 6), sustentada nos pilares do projeto ético-político profissional, onde cada Instituição de Ensino Superior (IES) organiza o seu currículo.

Em seus princípios, consta o "[...] estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade." (ABEPSS, 1996, p. 6). Este, associado à "Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão." (*Ibidem*) e à "Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional." (*Ibidem*, p. 7), pontuam alguns elementos centrais no que tange ao ensino do conteúdo teórico-prático, evidencia que a sua relevância dentro da proposta curricular é uma premissa incontestável. O aprendizado acerca do fazer profissional, de seu caráter técnico-operativo, articulado aos fundamentos teórico-metodológicos e circunscrições ético-políticas, possibilita à/ao estudante conhecer as con-

tradições do cotidiano profissional, marcadas pela contínua requisição da criatividade na construção de estratégias para responder aos desafios permanentemente agudizados.

Neste sentido, com base ainda nas Diretrizes Curriculares, são identificados dois espaços do processo formativo em que a potencialidade do ensino teórico-prático se apresenta com maior ênfase. Um deles são as oficinas, onde é possibilitado “[...] o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.” (ABEPSS, 1996, p. 15). Em geral, estão dispostas na forma de oficinas teórico-práticas, técnicas interventivas, dentre outras denominações. Mas é no estágio supervisionado que se localiza o espaço privilegiado “de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional” (Idem, p. 20). Enquanto uma atividade indispensável integradora do currículo assegura a inserção de estudantes no espaço socioinstitucional de trabalho de assistentes sociais, denominado campo de estágio, possibilitando

[...] o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnicooperativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2009, p. 14).

Enquanto um processo pedagógico, requer a presença articulada e simultânea da supervisão de campo e acadêmica, o que se realiza por meio da atuação conjunta e indissociável dos seguintes sujeitos: estagiário/a, supervisor/a de campo e acadêmico/a. Estes, possuidores de atribuições distintas, respeitando as especificidades dos níveis de estágio, que visam resguardar os parâmetros profissionais e éticos, inscritos na legislação correspondente, a saber: a Lei de Regulamentação Profissional 8662/93 e o Código de Ética do Profissional (1993).

O reconhecimento da importância do ensino teórico-prático, e o compromisso com a sua qualidade, estão expressos nos marcos normativos que orientam a prática e a formação profissional. A supervisão direta de estudantes em estágio é uma atribuição privativa de assistentes sociais, conforme previsto na já mencionada lei 8662/93: “Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: [...] VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (BRASIL, 1993). As condições para a sua realização estão descritas na Resolução nº. 533, de 2008, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Ao mesmo tempo, segundo Ramos (2018, p. 23), é identificado em bibliografia da área, a notável escassez de produção teórica que busque pensar a temática, bem como “[...] a ausência de um debate mais robusto acerca da dimensão técnico-operativa da profissão, e particularmente sobre a utilização dos instrumentos e técnicas.”. A experiência com as disciplinas de Supervisão Acadêmica de Estágio (SAE) e Oficina Teórico-prática do Serviço Social (OTP), que são os espaços privilegiados de debate e contato com o conteúdo supramencionado, há o acordo com a autora quanto a necessidade de expansão das reflexões teórico-metodológicas sobre os instrumentos e técnicas. Tal lacuna convoca estudantes em formação para a construção da apropriação de tais conteúdos, e docentes na busca por estratégias que promovam uma apreensão mais aprofundada sobre o domínio e a habilidade no trânsito entre as demandas sociais e a qualificada mobilização dos instrumentos para elaboração das respostas profissionais.

Um dos grandes desafios para o aprimoramento do ensino dos conteúdos teórico-práticos consiste na tentativa de intensificar a aproximação entre universidade, enquanto espaço de formação e produção de conhecimento, e realidade, onde se apresenta a dinâmica da vida social. Esta interlocução se potencializa ao possibilitar a experiência junto ao desenvolvimento do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais que se configuram como campo de estágio, em articulação com o tripé da universidade, constituído pelo ensino, a pesquisa e a

extensão. Sobre as questões que se apresentam como barreiras, atravessando a complexa efetivação dos princípios que qualificam o processo didático-pedagógico, a exposição subsequente se concentra em problematizá-las, apontando sugestões.

Desafios contemporâneos e proposições para a formação de Assistentes Sociais

Temos a compreensão de que a formação em Serviço Social não pode ser restrita ao ensino fragmentado do conhecimento, mas há a necessidade de entendimento das dimensões constitutivas da profissão de forma crítica e a busca por sua materialização no cotidiano da prática profissional. Como um movimento reflexivo, a ação do/a assistente social, independente do espaço sócio-ocupacional, do vínculo empregatício e da política setorial que atua, deve pressupor intervir criticamente tendo em vista alcançar a finalidade profissional, na defesa do acesso aos direitos de cidadania, de forma competente e comprometida, propondo uma metodologia de ação que expresse os valores e princípios do Código de Ética, expressando as Atribuições e Competências do/a assistente social de forma competente, propositiva e crítica.

Para pensar a respeito da formação, dar visibilidade às questões que criam barreiras ao desenvolvimento do ensino teórico-prático e contribuir para compreendermos em que medida também expressam ameaças à hegemonia do projeto profissional crítico, realizamos alguns apontamentos que consideramos de suma importância para dar visibilidade aos impasses no processo ensino-formativo. Ao desenvolvermos essas ideias, partimos em busca de propostas para qualificar a experiência de estudantes e assistentes sociais nas relações de ensino e aprendizado.

Entendemos que são desafios ao conhecimento técnico-operativo em Serviço Social: o pragmatismo presente na compreensão que na prática é que se entende o que é ser um/a assistente social e o distanciamento na relação academia e campo de estágio que cria uma hierarquia do conhecimento. Embora cada ponto resulte de dinâmicas

diferenciadas e postas a um largo espaço de tempo, hoje podem ser vistas como constitutivas de um todo complexo com interlocução entre si, que permanecem apesar dos avanços já obtidos pela categoria profissional.

Enfrentando o discurso da cisão teoria e prática

Quando analisamos os momentos históricos da formação em Serviço Social, é possível identificarmos que, por muitas décadas, a cisão do ensino da teoria e da prática foi determinante e até valorizada em detrimento do conhecimento teórico. Na atualidade, como demonstrado no primeiro ponto, temos as condições necessárias para realizar um ensino que rompa com essa diferenciação, entretanto, enquanto construção do conjunto da categoria profissional, ainda precisamos avançar na forma de implementação.

Para Medeiros (2016, p. 353), dois períodos expressam essa afirmação: as primeiras décadas da origem da profissão no Brasil, 1930-1960, constituem o ensino tradicional calcado no positivismo e pragmatismo: “[...] a ideia de que primeiro se aprende a teoria para depois aplicá-la na prática [...]” e o “aprender fazendo” voltado para a racionalidade técnica e metodologia da ação. Em um outro momento, que configura a permanência da separação teoria e prática, mesmo que com novas configurações importantes para o futuro da formação, o período ditatorial apresenta uma linha de continuidade e ruptura com o processo formativo.

Seguindo as novas exigências burocráticas-administrativas, com a modernização conservadora na Ditadura civil-militar, a formação consolida os procedimentos racionais unindo o conhecimento operativo com o estudo das ciências sociais, uma vez que o ensino passa das escolas de instituições religiosas para as Universidades, mas ainda sustenta a forma cindida: “[...] o estágio era compreendido apenas como lugar do fazer prático, e a reflexão teórica limitada à concepção de sistematização da prática a partir da descrição etapista, superficial e

procedimental das ações profissionais.” (MEDEIROS, 2016, p. 354). A autora destaca, como um passo importante nesse período, o esforço do Método BH de aproximação com o marxismo, porém a abordagem se faz insuficiente para enfrentar a cisão teoria e prática por “[...] não ter rompido com o metodologismo que já acompanhava a profissão [...]” (*Ibidem*, p. 354-355).

Conforme já apontado, somente na década de 1990, com o avanço político-organizativo e intelectual da categoria profissional, balizados no Código de Ética de 1993 e na Lei n. 8662/93, que trazem as novas exigências de formação que resultam em uma revisão do currículo, a dicotomia é questionada e uma proposta se concretiza a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares pela ABEPSS, em 1996. Sendo também a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, de 2009, e a Resolução nº. 533 do CFESS, documentos que integram o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social e contribuem significativamente para pensar o ensino na atualidade.

Entretanto, algumas questões merecem destaque: o caminho de implementação nos cursos e uma relação de desvalorização das disciplinas teórico-práticas. Ou seja, mesmo sendo um discurso comum de que ainda há a necessidade de desconstruir as narrativas pragmatistas e o ensino de estudantes não deve ser realizado como uma cisão entre teoria e prática, como consequência do passado, é perceptível a marca de um ranço histórico do ensino voltado para intervenção. A valorização das disciplinas teóricas e a dificuldade dos/as docentes se disponibilizarem para oferta das disciplinas teórico-práticas é uma das questões apresentadas. Assim como o empenho reflexivo dos/as estudantes nas avaliações e o discurso de que não é possível uma ação diferente no campo de estágio, reproduzindo a fala imediatista da intervenção do/a supervisor/a. Essa realidade traz consigo um novo desafio: ancorada na crítica à fragmentação do ensino, como contemplar o debate teórico, sem criar uma divisão entre as disciplinas teóricas e as teórico-práticas?

A qualificação de estudantes e profissionais para a compreensão da totalidade da sociedade não deve perder de vista o objetivo de

ampliação do conhecimento em relação a melhor forma de atendimento dos/as usuários/as, potencializando a defesa dos direitos sociais e o protagonismo dos sujeitos no processo de construção de uma sociedade emancipadora, livre de toda opressão. Uma intervenção profissional deve analisar a realidade social para aprofundar a investigação da trajetória do indivíduo ou grupo social, em uma perspectiva que abarque o caráter de interseccionalidade que os perpassa: classe, raça, gênero, geração, etnia etc; dialogue com as relações familiares, do território a que pertence, e o acesso ou não acesso aos direitos. Nesse sentido, a interlocução entre os debates teóricos e da categoria profissional, devem ser realizados antes da entrada no campo de estágio.

Um registro importante realizado pelo CFESS (2020) a respeito das denúncias éticas presentes em situações julgadas pelo Conselho, demonstra a preocupação quanto as mediações necessárias para uma intervenção que expresse a finalidade, os valores e princípios éticos; busque um referencial teórico-metodológico; e saiba operacionalizar sua prática com um arcabouço articulado de instrumentos e técnicas, a partir de um instrumental condizente com o projeto profissional. Somente sendo possível compreender as particularidades e singularidade dos determinantes sociais, institucionais e políticos.

Sem esse entendimento, é possível afirmar que o/a assistente social acaba reproduzindo a perspectiva punitiva institucional, individualização das expressões da questão social e subjetivação das demandas, como a perspectiva funcionalista de situação-problema, historicamente presente na profissão pela influência norte-americana. Uma formação seguindo as Diretrizes Curriculares (1996) para estudantes da graduação e a continuidade dos estudos para profissionais, faz-se fundamental. Veja-se:

A ausência ou fragilidade da fundamentação da opinião técnica evidenciam-se, dentre outros, na dificuldade de delimitação do objeto sobre o qual desenvolve sua atividade e/ ou na ausência de conteúdos que delimitem ou revelem a particularidade da área profissional, em especial no que se refere à apreensão do objeto na articulação com condicionantes e determinantes sociais, econô-

nicos, políticos e culturais que incidem em sua expressão concreta no cotidiano de trabalho. A capacidade argumentativa, do ponto de vista do Serviço Social (portanto, alinhada aos conhecimentos pertinentes à área, cuja base, em tese, seria formada na graduação e, posteriormente, na formação continuada), para analisar informações descritas nos registros e para justificar opiniões/pareceres/conclusões, é praticamente inexistente nos registros localizados, ou aparece pontualmente. O que revela realidades de trabalho profissional distanciadas da apreensão de elementos constitutivos dos núcleos de fundamentação da vida social, assim como da dimensão “técnico-operativa”, o que termina por deixar as/os profissionais mais expostas/os a transgressões éticas e, em grande parte das vezes, denotando não dimensionarem e/ou não terem consciência desse risco. Pensar essa realidade, aliando formação e relações/condições de trabalho na atualidade, se faz necessário para compreender e explicar os elevados índices de denúncias éticas, assim como para embasar ações sociopedagógicas dirigidas à categoria, como um dos recursos para fazer frente a esse desafio (CFESS, 2020, p. 48).

Como um debate que precisa ser realizado mais amplamente, outras questões que expressam a dificuldade encontrada na formação e se apresentam como desafios para a sua qualificação, são: por parte dos/as estudantes, as dificuldades de permanência na Universidade e realização do estágio; para os/as assistentes sociais, o que se espera destes/as estudantes no campo de estágio. O que podemos apontar agora é a necessidade do fluxograma do curso ser pensado para contemplar a melhor forma pedagógica.

Visando os/a estudantes, não incluir muitas disciplinas nos períodos de realização, pois são questões preocupantes para estes/as, principalmente os/as que trabalham, além da tensão resultante da exigência dos processos seletivos e da documentação a ser providenciada. Em relação aos/às assistentes sociais, questões frequentes a respeito dos estagiários/as já saberem utilizar os instrumentos quando chegam ao estágio, surgem indicando a necessidade de diálogo a respeito do que é o processo formativo do/a estudante. Ou seja, pensar o porquê de disciplinas téc-

nico-operativas serem realizadas nos mesmos períodos do estágio², realizando a defesa contra a cisão entre teoria e prática e a reprodução de ações que reproduzam o pragmatismo.

Nesse sentido, cabem dois apontamentos: o primeiro no sentido de estabelecer a relação teórico-prática do ensino, a partir da afirmação de que os instrumentos e técnicas são parte do instrumental técnico-operativo e que a escolha do instrumento da ação deve ser direcionada aos objetivos e às finalidades da profissão, ou seja, como resposta ao movimento da realidade. (SANTOS, 2013). Também de reafirmar que o Estágio não é emprego. Os elementos necessários para a compreensão de que o estágio é processo formativo, independentemente se possui bolsa ou não, não precisa necessariamente partir da compreensão da instituição, mas da análise crítica do/a supervisor/a de campo que deve conhecer a Política Nacional de Estágio (2009) e compreender a responsabilidade que assume no ensino do/a estudante.

Quando para o/a supervisor/a, no trato com o/a estagiário/a, demanda institucional e profissional coincidem, se assemelham, além de ferir a legislação formativa e da profissão, não seria acatar acriticamente as requisições institucionais e legitimar a precarização das relações de trabalho? Neste cenário, o desenvolvimento dos processos de articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico operativa como análise e síntese da experiência no campo e as disciplinas teórico-práticas; a identificação do perfil da população usuária e suas demandas; elaboração e avaliação de projetos de intervenção, tendo o tempo para a reflexão, seriam contemplados em sua potencialidade?

Como o conhecimento é movimento contínuo que se realiza em diferentes disciplinas, o espaço formativo do campo de estágio se torna um momento privilegiado nesse processo de síntese e de novas reflexões. Os/as supervisores/as de campo e acadêmicos/as, devem contribuir nesse processo. Veja-se:

² No Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de Niterói, de acordo com seu Projeto Político Pedagógico (2010), as disciplinas de Oficina Técnico-operativa I e II são cursadas concomitantemente às disciplinas de Supervisão Acadêmica I e II.

Supervisionar, nesta perspectiva, é auxiliar o aluno no desenvolvimento de seu projeto político-profissional. Envolve a contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, do pensar autônomo, do saber indagar e problematizar e, conseqüentemente, investigar, planejar e executar propostas qualitativas, na dinâmica das relações entre Estado, Sociedade Civil e Instituição (unidade de ensino e dos campos de estágio). Tudo isso, na busca de respostas sociais às demandas que estão postas para a profissão (LEWGOY; SCAVONE, 2002, p. 2).

Não é possível afirmar que todas as vivências de estágio propiciem essa troca com o/a supervisor/a de campo. Cabe, porém, compreender que essa experiência deve permitir ao/à estudante conhecer a pluralidade da prática, as disciplinas teórico-práticas devem contribuir com um ensino da instrumentalidade numa perspectiva crítica, comprometida, competente e criativa no sentido de defesa intransigente dos direitos dos sujeitos e emancipação humana, em um cenário sócio-ocupacional permeado de disputas e tensões, de uma realidade social estrutural e conjuntural regressivo.

No contexto de precarização das relações de trabalho (vulnerabilidade de vínculos, intensificação das demandas e rotinização), como contribuir para que a formação consiga realizar as mediações necessárias entre a ação profissional e o atendimento à finalidade institucional em correlação com a finalidade da profissão, sem restringir-se somente na primeira? Há a percepção e entendimento da contradição existente como profissional na divisão social e técnica do trabalho das finalidades? Importante ter em mente que a análise do trabalho de assistentes sociais envolve questões complexas, incluindo a relação interprofissional quando há a ocorrência de pessoas com vínculos diferenciados no mesmo espaço sócio-ocupacional.

Para qualificar a experiência dos/as estudantes, desde o primeiro período da formação, entendemos a importância do desenvolvimento do conteúdo teórico-metodológico e ético-político, ao apresentar profissionais e diferentes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, bem co-

mo as entidades representativas da categoria (ABEPSS, ENESSO, CFESS e CRESS), com atividades e manutenção de espaços permanentes de aprendizado. A aproximação reflexiva por meio da apreensão dos conceitos, categorias e valores conduzidos com as mediações necessárias entre a realidade social e a intervenção profissional, possibilitam o conhecimento processual e dialogado com a dimensão técnico-operativa.

Pensar a implementação do currículo e debates com os/a docentes, que estimulem a articulação de temáticas e conteúdo que reflitam a instrumentalidade da profissão, abordando as mediações da ética, para além do diálogo das disciplinas teórico-práticas, defendemos a indissociabilidade das dimensões constitutivas da profissão também na formação. Refletir a intervenção profissional qualificada, trazendo a realidade dessa ação pedagogicamente para o ensino, facilita a construção de ações que contribuam para adensar teoria e prática, sendo potencializadas ainda mais por meio de atividades que articulem o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Seguindo essa compreensão, faz-se necessário debater como podemos estabelecer, ainda na graduação, a relação entre os sujeitos diretamente ligados à formação em Serviço Social. Entendendo, portanto, que deve ocorrer o estímulo à permanência do elo com a formação, não permitindo que seja finalizado com a conclusão do curso, para que assistentes sociais valorizem a necessidade de formação continuada, tendo em vista uma intervenção que consiga responder às novas requisições e demandas postas pela realidade social para o exercício profissional. Além de motivar a potencialidade de incluir no plano de trabalho a supervisão de campo de estagiários/as, uma atribuição privativa que responde à preocupação com o ensino - contribuindo com a formação de novos/as assistentes sociais -, a busca de concretização do projeto ético-político, por meio da manutenção do diálogo direto com a Universidade.

A construção coletiva do conhecimento como defesa do projeto ético-político profissional

Entendemos como um dos grandes desafios postos à formação em Serviço Social o enfrentamento da lógica instrumental-técnica da sociedade capitalista, com a objetivação do ensino e do trabalho profissional contemplando a ação crítica e reflexiva, reafirmando a defesa ético-política e o avanço intelectual para uma intervenção de qualidade. Pensamos como Netto (2006) que o projeto profissional³, como uma construção coletiva, precisa ter o conjunto de assistentes sociais em diálogo permanente.

Assim, cabe à categoria criar estratégias para a concretização de ações que apresentem uma autoimagem da profissão que corresponda ao defendido no projeto ético-político. A afirmação de que há uma hegemonia é o início e não o fim de um caminho, pois “[...] ainda não se desenvolveram suficientemente as suas possibilidades - por exemplo, no domínio dos indicativos para a orientação de modalidades de práticas profissionais; neste terreno, ainda há muito por fazer-se.” (NETTO, 2006, p. 17). Precisamos compreender os componentes distintos desse processo que perpassam por uma construção no plano do pensamento e da prática que visam criar a “[...] imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 2006, p. 8), dimensões que andam articuladas. Para tal, reafirma-se a inegável importância de recursos político-organizativos do corpo profissional para o debate, investigações teórico-práticas e elaboração de conhecimentos e qualificação da intervenção.

Defender o projeto profissional crítico e sua hegemonia, conquistada como um movimento que rompe com o conservadorismo

³ Seguindo a caracterização de projeto profissional, realizada por Netto (2006, p. 4), e já tratada no início do presente artigo: “Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).”

na formação e intervenção profissional, é compreender que os elementos éticos e políticos perpassam o currículo acadêmico e as normativas presentes no Código de Ética (1993) e Lei 8.662/1993, pois dependem de escolhas teóricas e políticas que ganham concretude por meio da dimensão técnico-operativa, e darão concretude ao modo de aparecer da profissão. Desta forma, não são poucas as análises de que as disciplinas teórico-práticas são de suma importância para qualificar as reflexões da realidade social e os limites e potencialidades da ação profissional em cada espaço sócio-ocupacional, mas também de indagar o papel de cada sujeito nesse processo, assistentes sociais e estudantes, considerando ainda o comprometimento da Universidade em responder à necessidade de formação permanente.

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social - formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. Em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. (NETTO, 2006, p. 16).

Nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento da capacidade de diferenciar as demandas apresentadas pelos sujeitos - demandas sociais, daquelas que se apresentam como exigência institucional, diferente da requisição profissional, para não cair em discursos messiânicos e fatalistas ou tomadas de decisões que firmam as atribuições e competências, assim como a dimensão ética. E, apesar do grande número de ações a serem realizadas, romper com a perspectiva conservadora de resposta ime-

diata, que segue a racionalidade quantitativa que reproduz a defesa dos interesses institucionais, sem compreensão da natureza contraditória de controle social que vai na contramão das finalidades profissionais, da qualidade no atendimento e ação socioeducativa que visa a emancipação dos sujeitos.

Considerando a definição de Santos (2013, p. 26) a respeito das dimensões da intervenção profissional, a afirmação de que são elementos que constituem e são constitutivos da profissão e intrínsecos à projeção do ideal e uma efetivação real da ação, defendemos que o ensino voltado para a unidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, passa pela compreensão de que embora interligadas, cada uma possui sua especificidade, uma natureza única. O/a estudante precisa ter a capacidade de produzir uma reflexão no campo de estágio de como essa unidade das dimensões estão interligadas. Segundo a autora:

O exercício profissional configura-se pela articulação das dimensões, e se realiza sob condições subjetivas e objetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade da profissão em responder as demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas delimitadas pelas correlações de forças sociais que expressam diversos projetos profissionais.

É com essa compreensão que oferecemos destaque, aqui, à dimensão técnico-operativa, enquanto dimensão que em sua especificidade é a mais aproximada da prática profissional, propriamente dita, e, que por ser assim, necessariamente, expressa e contém as demais dimensões. Ou seja, as ações expressam as concepções teórico-metodológica e ético-político do profissional, mesmo que ele não tenha clareza de suas concepções e de seus valores. Nessa direção, a dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional e, que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética (SANTOS, 2013, p. 26).

O desafio está em criar estratégias de aprendizado para evitar que o conhecimento se dê de forma fragmentada, pois pode gerar discursos e análises legitimando ações tecnicistas, voluntaristas, pragmatistas etc. Assim, qualificar a experiência do campo de estágio e criar atividades que estabeleçam o diálogo com diferentes assistentes sociais é um caminho profícuo para uma formação que possibilita aos/às estudantes desenvolverem a capacidade reflexiva de como é realizada a intervenção profissional. Para isso, partindo do conhecimento da realidade social e dos/as usuários/as, da análise do espaço socioinstitucional e as condições de desenvolvimento da política social no local, identificando as finalidades da ação exigidas ao/à assistente social, e se a finalidade da profissão, ancorada na defesa dos valores e princípios, atribuições e competências, está sendo concretizada nas intervenções realizadas.

Pensar a formação de qualidade exige esforços de troca de conhecimento e não legitimação da hierarquia deste. Para romper o distanciamento produzido dentro do próprio Serviço Social, propomos ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo assistentes sociais contribuindo nesses espaços. A relação Academia, Espaços Sócio-ocupacionais e Entidades da Categoria deve ser realizada por meio de ações e eventos que promovam o debate da realidade profissional, a qualificação da experiência na troca de vivências e soluções para a formação de estudantes e profissionais, seguindo as demandas das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais.

Entendemos que essas medidas permitem o diálogo de estudantes e docentes como forma de apreender a realidade vivenciada pelos/as profissionais, suas análises e reflexões que fazem parte da gestão e implementam as políticas setoriais e contribuir para a formação continuada desses/as profissionais. Faz-se de suma importância, portanto, as Escolas de Serviço Social criarem novos espaços de diálogo e repensar ações já existentes, desconstruindo a ideia de que a formação permanente de assistentes sociais é a participação passiva dos/as profissionais. Os/as supervisores/as de campo, além de estarem nas

atividades, devem contribuir com a elaboração e realização das mesmas, pois a presença deve ser de construção coletiva de conhecimento.

Para tal, cabe o diálogo com estudantes, docentes e assistentes sociais supervisores/as, o Fórum de Estágio, Curso de Supervisão, para pensar a respeito dos campos de estágio e o processo de supervisão, atividades de oficinas com assistentes sociais para apresentação de instrumentais de referência, como a elaboração do plano de trabalho e a realização de ações socioeducativas voltadas para indivíduos, grupos e famílias. Realizar debates de atribuições e competências que não possuem visibilidade no corpo profissional e contribuem para novos conhecimentos, potencializam o atendimento tendo em vista expandir a construção coletiva de acesso aos direitos de cidadania: supervisão, mobilização e organização, consultoria e assessoria. Assim como promover cursos de extensão, pesquisas, aulas e outras ações com assistentes sociais, de diferentes espaços, para promover reflexões a respeito da realidade social, das políticas setoriais, do planejamento e a avaliação continuada da intervenção profissional e da supervisão de estágio.

Nesse sentido, reafirmamos que a interlocução com as disciplinas com ênfase na dimensão técnico-operativa é importante, mas não está restrita a essas. Muito se faz e ainda há o que fazer, sem abdicar da reflexão do como, e com quem realizar a construção de ações para qualificação da formação em Serviço Social. Cada espaço e realidade exigirá a análise e respostas que só a articulação coletiva, com os sujeitos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizado, permitirá alcançar a grande potencialidade que existe na sistematização e produção do conhecimento.

Considerações finais

O estudo e análise das demandas da sociedade postas ao Serviço Social, através de requisições socioprofissionais e políticas, são fundamentais para definição da intencionalidade e a direção social empreendida na ação, bem como serão realizadas suas mediações no processo for-

mativo e interventivo. Nesse sentido, o aprendizado que consiga realizar as mediações necessárias passa por atividades que promovam reflexões a respeito das condições objetivas historicamente determinadas para o exercício profissional com os sujeitos envolvidos na formação.

Faz-se fundamental, portanto, a defesa da indissociabilidade entre os núcleos estruturantes do currículo e o debate das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, construindo ações que dialoguem com as diferentes expressões do exercício profissional (formativa e interventiva) para a concretização do projeto ético-político profissional. O que exige um esforço teórico, investigativo, organizativo para criar estratégias e táticas para o enfrentamento dos desafios colocados para o ensino do/a assistente social, mas também entender que não será somente quando cursarem as disciplinas teórico-práticas que os/as estudantes devem realizar as reflexões que perpassam as conexões entre as dimensões.

Limitar o debate interventivo da profissão às disciplinas que abordam diretamente o ensino técnico-operativo é fragmentar o conhecimento e criar poucas possibilidades de que os/as estudantes consigam pensar de forma articulada o aprendizado do conteúdo curricular. Assim como compreender que a qualificação de uma formação interventiva, não se constrói somente de docentes, o isolamento acadêmico e a legitimação de barreiras hierárquicas do conhecimento só reforçam o teoricismo e o pragmatismo do ensino, trazendo desafios para a expansão no plano ideal, do avanço intelectual e político-organizativo da categoria, para a mudança no plano da ação.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília: Poder Legislativo, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o assistente social em relatórios, laudos e pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opinioao-tecnica.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ESS/UFF. **Projeto Pedagógico de Curso (PPC): Serviço Social**. Niterói, 2010.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: BACKX, S.; FILHO, R. S.; SANTOS, C. M. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 49-76.

LEWGOY, A. M. B., & SCAVONI, M. L. A. Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 1, nov. 2002. p. 1-9.

MEDEIROS, M. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, out./dez. 2016. p. 351-360.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. *In: Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 26, n. 84, nov. 2005. p. 5-19.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In: MOTA, A. E. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 1-22.

RAMOS, A. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: notas introdutórias sobre os instrumentos e técnicas e o projeto ético-político. **A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos** / organizado por Adriana Ramos e Francine Helfreich Coutinho dos Santos. Campinas: Papel Social, 2018. p. 21-43.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexões Geraes**, Minas Gerais, ano 2, n. 3, 2013.